



A organização camponesa em áreas de reforma agrária para produzir alimentos agroecológicos

For access to land and the right to produce agroecological foods

SANTANA, José Ubiratan Rezende¹; SOARES, Rute da Silva²; SILVA, Augusto Lima da³; SILVA, Tiago da⁴; HAPPOUK, Keren⁵; SANTOS, Paulo⁶

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco, joseubiratanrezende@gmail.com; ² Universidade Federal de Alagoas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ruty.soares@ceca.ufal.br; ³ Universidade Federal de Alagoas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), augusto.als.lima@gmail.com; ⁴ Universidade Federal de Alagoas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tiago.silva1@ceca.ufal.br; ⁵ Universidade Federal de Alagoas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), kerenhappouk717@gmail.com; ⁶ Universidade Federal de Alagoas, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), valedovitor@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Os assentamentos de reforma agrária são considerados territórios propícios para o desenvolvimento de experiências agroecológicas, especialmente pela aptidão das famílias assentadas em produzir gêneros alimentícios e pela característica de constituírem estratégias locais, regionais e nacionais de organização camponesa. O presente texto tem o objetivo de discutir os limites e potencialidades para o avanço da Agroecologia em áreas de reforma agrária, a partir do estudo em dois assentamentos rurais localizados na Zona da Mata do estado de Alagoas, o assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, e o assentamento Dom Helder Câmara, pertencente ao município de Murici. O estudo evidenciou mais de 38 tipos de alimentos produzidos nesses assentamentos, embora haja fragilidades na infraestrutura e, de forma geral, no processo imperfeito de implantação dos assentamentos, fatores limitantes para o avanço da agroecologia.

Palavras-chave: território; agroecologia; alimentos.

Introdução

A Agroecologia foi definida por Wezel (et al., 2009) como sendo ciência, prática e movimento, ou seja, uma conexão entre a ação política (movimento), a aplicação de técnicas e tecnologias (prática) e uma desafiadora forma de produzir conhecimento (ciência). Destarte, tem sido reconhecida por fundamentações teóricas e narrativas que ajudam a mobilizar grupos de famílias camponesas e tradicionais a estruturar a transformação agroecológica nos diferentes territórios e contextos (FERNANDES et al., 2021).

Os assentamentos de reforma agrária são considerados territórios propícios para instituir a produção de alimentos consubstanciados na Agroecologia (CAPORAL, 2015), associado ao reconhecimento do campesinato como categoria que possibilita construir lógicas de desenvolvimento distintas da hegemônica modernidade ocidental, isso porque, a terra, para o referido grupo, além de ser o espaço de



exercício da atividade laboral, é também um lugar de vida e de moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência dessas famílias (SAUER, 2022).

As famílias assentadas de reforma agrária que se desafiaram a estabelecer a produção de base agroecológica em seus territórios, têm como características a criação de dinâmicas locais que aproximam os produtores dos consumidores (NIEDERLE et al., 2020), o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias agroecológicas entre seus pares (NICHOLLS; ALTIERI, 2019) e a participação em organizações e movimentos sociais para conquistar políticas públicas de suporte (SANTANA; GERVAIS; MATTOS, 2021; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Fernandes et al. (2021) assinalaram que essas características são fatores associados ao processo de territorialização da Agroecologia.

Em contraste à mencionada atuação das famílias camponesas em áreas de reforma agrária, no Brasil, é predominante a gênese conservadora do acesso à terra (MARTINS, 2003), e o não entusiasmo com a perspectiva da reforma agrária pelos governos (CATTELAN; MORAES; ROSSINI, 2020), especialmente nos últimos seis anos, fatores que impõem desafios para ampliar a produção de alimentos saudáveis no país. Estudo desenvolvido por Lima et al. (2020), indicou que a opção do Brasil em priorizar a produção de *commodities* em larga escala, conforma fatores limitantes para o crescimento de agriculturas mais sustentáveis.

Frente a esses desafios assinalados, o presente texto tem como objetivo discutir limites e potencialidades para que a Agroecologia ganhe escala no contexto da reforma agrária no estado de Alagoas.

Metodologia

O estudo foi realizado em dois assentamentos de reforma agrária: o assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, e o assentamento Dom Helder Câmara, pertencente ao município de Murici, ambos no Estado de Alagoas. Residem oficialmente nesses assentamentos em torno de 75 famílias, sendo 33 famílias no Flor do Bosque e 42 famílias no Dom Helder Câmara.

Para obtenção de dados detalhados sobre as famílias assentadas, sobre a situação ocupacional nos assentamentos (posse legal da terra) e seus respectivos sistemas de produção, foi consultado o banco de dados do sistema Radis, integrante do Projeto Radis da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As coletas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2020. Informações qualitativas sobre a organização das famílias que estão inseridas no processo de transição agroecológica foram registradas em diário de campo (OLIVEIRA, 2014) durante os meses de janeiro a abril de 2021.



Resultados e Discussão

Nos assentamentos de reforma agrária as estratégias utilizadas para tornar os lotes produtivos são tão diversas como são os sujeitos que compõem esses territórios. Há em comum a característica de instituir processos organizativos para fortalecer o modo de vida camponês e o desenvolvimento socioproductivo local. As organizações sociais incidem no nível local, a exemplo das associações e cooperativas, mas também em nível nacional e internacional, como os movimentos sociais de luta pela terra (SANTANA; GERVAIS; MATTOS, 2021).

Essas articulações populares são estratégicas para o desenvolvimento da Agroecologia nos territórios. Giraldo e Rosset (2021) ressaltam que as metodologias criadas por organizações sociais aceleram os processos de territorialização da Agroecologia, sobretudo com enfoque emancipador, pois os processos de troca de conhecimentos desenvolvidos de camponês a camponês não são apenas tecnológicos, mas remetem ao território como um todo, bem como, aos modos de vida das famílias.

As experiências em Agroecologia realizadas nos assentamentos Flor do Bosque e Dom Helder Câmara estão associadas a essas características supramencionadas, no entanto, cabe destacar que não são experiências hegemônicas nesses assentamentos, haja vista que a construção do conhecimento agroecológico se dá de forma paulatina, se materializa na prática e na experiência de pequenos grupos organizados, sendo 8 famílias para o primeiro assentamento e em torno de 20 para o segundo.

Destacamos no presente trabalho duas características desses assentamentos que favorecem o desenvolvimento de experiências agroecológicas. Primeiro, pela aptidão das famílias em produzir “alimentos de mesa”, ou seja, aqueles que são consumidos pela população, com predominância para os *in natura*, frescos, de curta distância entre o lugar da produção e o de consumo (NIEDERLE et al., 2020). Segundo, pela diversidade de itens produtivos, quantificados em mais de 38 tipos de alimentos e ervas medicinais.

Ambos assentamentos produziram em torno de 260.580 kg de alimentos em lotes que as famílias estão inseridas em processos territoriais de transição agroecológica, sendo 53.196 kg para o assentamento Flor do Bosque e 207.385 para o assentamento Dom Helder Câmara. No contexto geral, foram quantificados 421.789 kg de alimentos produzidos nos demais lotes, ou seja, em que não há participação das famílias em ações relacionadas à Agroecologia. Mas, ainda assim, o foco produtivo dessas famílias está na produção de alimentos diversificados, sendo 248.779 para o Assentamento Flor do Bosque e 173.010 para o assentamento Dom Helder Câmara (SANTANA; GERVAIS; MATTOS, 2021).

A transição Agroecológica é um processo gradual de mudança, que envolve os aspectos da produção e do uso sustentável dos agroecossistemas, mas também



das demais dimensões da Agroecologia, como a sociocultural e política, socioeconômica e ecológico-produtiva (GUZMÁN, 2015). É, portanto, uma quebra de paradigma, pois o modo convencional de produção, que supervaloriza os aspectos técnico-produtivos, em detrimento do social e do ambiental, é hegemônico no meio rural brasileiro e conta ainda com o suporte estatal por meio de políticas públicas.

Deste modo, produzir alimentos em áreas de assentamentos significa enfrentar um conjunto de desafios, alguns deles foram indicados pelas famílias durante o levantamento de dados da pesquisa, tais quais: falta de recursos para investir no lote, qualidade precária das estradas, falta de apoio para aumentar a produção, ausência de assistência técnica, oferta precária de energia elétrica, falta de transporte para escoar a produção, falta de água e ocupações indevidas nas áreas destinadas à conservação. São dificuldades estruturais da realidade dos assentamentos de reforma agrária que remetem à necessidade de investimentos do poder público para potencializar a produção de alimentos saudáveis nesses territórios.

Contudo, a participação das famílias em organizações sociais possibilitou a conquista de infraestruturas coletivas para apoiar as dinâmicas locais dos grupos agroecológicos. No assentamento Flor do Bosque foi identificado, além de um espaço amplo destinado a reuniões, com estrutura para dormitório e refeições coletivas, equipamentos de pequeno porte, de baixo custo e de fácil manutenção, como a motosserra, relevante para realizar o manejo nos sistemas agroflorestais, roçadeira e triturador de galhos para ampliar o fornecimento de matéria orgânica no solo, bem como o preparo de bioinsumos; microtrator para aumentar a eficiência no preparo de novas áreas de plantio e auxiliar na colheita, além do viveiro de mudas, que oportuniza a produção de uma diversidade de materiais vegetais para diversificação dos sistemas produtivos e reflorestamento dos assentamentos.

No assentamento Dom Helder Câmara foi identificado a presença de sede da associação, beneficiadora de farinha, perfurador de solo, motosserra, roçadeira, freezer coletivo e viveiro para a produção de mudas. Há também a presença de trator de grande porte destinado ao uso coletivo. Não há objeções às famílias assentadas adquirirem equipamentos ou maquinários de grande porte, mas, independentemente disso, os de pequeno porte são relevantes para o manejo dos sistemas produtivos diversificados. Tais equipamentos, além de serem de fácil manutenção e de custos mais acessíveis para aquelas famílias que pretendem adquirir individualmente, são de uso localizado e não fazem o revolvimento excessivo do solo, evitando, com isso, a redução na sua fertilidade natural.

Para escoar a produção, ambos assentamentos participam de feiras agroecológicas na cidade de Maceió, bem como, nas feiras livres dos municípios em que estão situados. São estratégias de comercialização que aproximam os produtores dos consumidores (campo e cidade), que amplia o conhecimento sobre a origem dos alimentos produzidos e favorece a reflexão conjunta sobre a realidade das famílias



assentadas em seus territórios. Isso porque, nesse ambiente de trocas, o tema da reforma agrária é evidenciado, tanto em suas fortalezas, especialmente pelo fornecimento de alimentos saudáveis para a sociedade, mas também em suas fragilidades estruturais, que impõem limites ao desenvolvimento socioproductivo e econômico dos(das) agricultores(as) que se desafiaram a implementar experiências de base agroecológica em áreas de reforma agrária.

Conclusões

O texto abordou o processo imperfeito de implantação dos assentamentos rurais como fator limitante para a produção de alimentos saudáveis, haja vista que foi indicado pelas famílias a precariedade na infraestrutura, a exemplo das estradas para escoar a produção, além dos aspectos relacionados à ausência de assistência técnica, relevante para aprimorar os manejos agroecológicos nas parcelas de produção.

Por fim, embora as barreiras supramencionadas para avançar em ações mais sustentáveis nos territórios de reforma agrária, as famílias resistem em implementar experiências de base agroecológica, mesmo quando em paralelo ainda buscam estruturar o território e suas parcelas de produção. Daí reside a relevância da organização social - em diferentes níveis, do local ao internacional - para as áreas de reforma agrária, que perpassa o direito à terra e à produção de base agroecológica, ambos, projetos camponeses de vida e desenvolvimento.

Referências bibliográficas

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Camaragibe, PE: Ed. Do coordenador, 2015.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSINI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista Nera**, v. 23, n. 55, p. 138-164, 2020.

FERNANDES, Ivanete Ferreira; BARBOSA, Lia Pinheiro; DAMASCENO, Cosma dos Santos; ROSSET, Peter Michael. Inventário de práticas agroecológicas na metodologia “de Camponês/a a Camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, v. 58, p.551-578, 2021.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael. Principios sociales de las agroecologias emancipadoras. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, n. 1, p.708-732, 2021.



GUZMÁN, Eduardo Sevilla. La participación em la construcción histórica latino-americana de la Agroecología y sus niveles de territorialidade. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 52, n. 2, p. 351-370, 2015.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de alimentos orgânicos no mundo e no Brasil**. Brasília / Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, v.15, n.2, p. 141-175, 2003.

NICHOLLS, Clara Inés; ALTIERI, Miguel. Bases Agroecológicas para la adaptación de la agricultura al cambio climático. **Cuadernos de investigación UNED**, v. 11, n. 1, p. 555-561, 2019.

NIEDERLE, Paulo; LOCONTO, Allison; LEMEILLEUR, Sylvaine; DORVILLE, Claire. Social movements and institutional change in organic food markets: Evidence from participatory guarantee systems in Brazil and France. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 282-291, 2020.

OLIVEIRA, Rita de Cassia Magalhães de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Salvador, v.2, n.4, p.69-87, 2014.

SANTANA, José Ubiratan Rezende; GERVAIS, Ana Maria Dubeux; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. Dinâmica dos territórios camponeses em Alagoas: a articulação de famílias assentadas para ampliar a Agroecologia em áreas de reforma Agrária. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia-MG, v. 33, n. 62057, p. 1-12, 2021.

SAUER, Sérgio. Bourdieu no campo: *habitus*, representações e 'di-visão' na luta pela terra no Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, p. 1-32, 2022.

TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÉ, Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a Science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.